

Atualidade econômica

Economia Brasil

Sarney manterá o rigor monetário

BRÁSILIA
AGÊNCIA ESTADO

"As decisões econômicas serão minhas", assegurou o presidente José Sarney aos empresários que atenderam ao seu convite para participar de um debate sobre a política econômica na Nova República. Sarney concordou com os empresários que as taxas de juros estão muito elevadas, mas disse que será mantida a política monetária rígida implantada pelo Ministério da Fazenda, até que a inflação comece a declinar.

Na reunião de ontem, primeiro falou o presidente José Sarney, sobre os objetivos do encontro. Pediu aos empresários que expusessem claramente seus pontos de vista. Depois foi a vez de cada ministro expor seu pensamento, e um dos mais prolixos foi Pedro Simon, da Agricultura. Francisco Dornelles, da Fazenda, e João Sayad, do Planejamento, combinaram num ponto: advertiram para a necessidade de aumento da carga tributária, porque não será possível reduzir o déficit apenas com corte nos gastos públicos. "Isso quebraria as estatais", salientou Roberto Gusmão, ministro da Indústria e do Comércio.

Basicamente, os empresários reclamaram das taxas de juros e do controle de preços. Sarney concordou que, no primeiro caso, o importante é que haja uma compatibilização na redução da taxa de juros com crescimento econômico. Entretanto, insistiu o presidente da República, os juros só vão declinar efetivamente com a concomitante redução do déficit do setor público. Com relação ao controle de preços, o presidente da República observou que a partir de agora vai haver um relativo afrouxamento, por setor, e não de forma global porque, do contrário, "a inflação iria disparar", conforme constatação de Roberto Gusmão.

Ainda na reunião, o ministro Francisco Dornelles revelou que o governo está trabalhando com uma taxa de inflação de 7% a 9% neste mês que, anualizada, indicaria uma taxa de 180% ao final do ano.

Diniz

Um dos principais empresários a participar da reunião, o diretor-superintendente do grupo Pão de Açúcar revelou que o presidente da República comentou também sobre a situação externa do País. Disse Sarney, enfaticamente, aos participantes: "Em hipótese

alguma afrouxaremos na renegociação externa, está em primeiro lugar o interesse do País".

Abílio Diniz observou que os empresários, durante a reunião, comentaram que estão dispostos a aceitar elevação de impostos, desde que o governo dê a contrapartida em eficiência na parte dos gastos das empresas estatais.

Reformas

O presidente José Sarney, em declaração aos líderes empresariais, encerrando a reunião de cinco horas, afirmou que o "País não pode parar" e que o Brasil ficou praticamente parado nos últimos 20 anos. "Agora são necessárias as reformas econômicas e sociais para solucionar os problemas mais urgentes." Enfatizou também que o governo se encontra empenhado em fazer a reforma administrativa, a educacional e a reforma agrária, solicitando aos empresários que prestem apoio, recebendo da parte deles uma resposta positiva.

O relato das declarações presidenciais é do assessor de imprensa do Palácio do Planalto, Fernando Cesar Mesquita, acrescentando que Sarney garantiu que a reforma agrária que o governo pretende implementar não objetiva violar a propriedade privada, salientando que a repartição de terras procurará aliviar as tensões sociais na área rural e é também uma forma de dar assistência ao homem do campo, que "ficou ao abandono nos últimos 20 anos".

O presidente Sarney iniciou o discurso falando sobre a corrupção política provocada pela morte de Tancredo Neves, o que acabou levando-o a substituí-lo, assegurando que, reconhecendo as suas limitações, não abrirá mão de sua autoridade e de realizar aquilo que o País precisa. Em seguida, convocou os políticos, trabalhadores e empresários para que cedam cada um uma parte de suas posições ideológicas e cheguem a um acordo para o bem do País.

Otimismo

O presidente José Sarney e seus ministros garantiram ontem na reunião da granja do Torto, segundo o empresário Anibal Bianchini, que a política de controle de preços, daqui para frente, será atenuada. Bianchini, que, como produtor de soja no Paraná, representou o setor agrícola no encontro, não deu mais explicações sobre o abrandamento do controle de preços, acrescen-

tando apenas que estava muito otimista com o comprometimento assumido pelo governo com os empresários em relação à mudança desta política.

Bianchini revelou, ainda, que o presidente Sarney assumiu o compromisso de baixar as taxas de juros. "Estou convencido disso, e mais otimista do que nunca" — completou.

Preços

O empresário Frederico Lundgren, das Casas Pernambucanas, disse ontem que o mais importante é que o governo, ao reduzir as taxas de juros, o faça de uma maneira permanente. O empresário afirmou que o controle de preços não funciona se for aplicado em prazos muito longos. Normalmente ele desmantela qualquer indústria, disse, e por isso só pode ser usado numa emergência, em períodos muito curtos.

O empresário Alexandre Grendenne, da indústria de sapatos de plástico, disse que saiu da reunião com uma impressão muito boa do presidente José Sarney. "Gostei muito do presidente", disse Grendenne, "e acredito que o governo realmente está muito bem-intencionado no sentido de resolver o problema do País."

Estatais

Antônio Ermírio de Moraes, do grupo Votorantim, afirmou que a política de controle de preços está demorando a apresentar os seus resultados e defendeu a redução desse controle. A maioria dos empresários defendeu uma redução dos investimentos das estatais, que foram classificadas de deficitárias.

O presidente da Sharp, Mathias Machline, disse que admitiria a criação de um imposto de emergência desde que fosse retomado o crescimento econômico do País. Essa é para ele a questão fundamental do momento. Todos os empresários criticaram as altas taxas de juros e ressaltaram a necessidade de sua redução.

O ministro do Planejamento, João Sayad, afirmou que tinha uma visão diferente dos gastos públicos antes de assumir seu ministério. Hoje, ele acredita que é muito mais difícil a redução do déficit público do que anteriormente.

Antônio Ermírio de Moraes pediu ao governo que conceda ao setor privado uma pequena participação do PIS, Pasep e da Previdência Social.